

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1311 - 27/07/2015 a 02/08/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

SILVICULTURA

AS ALTERNATIVAS DA MADEIRA

PROAGRO

Como Funciona
o Programa

SEGURO RURAL

Cobertura de perdas de
qualidade no trigo

HISTÓRIA

A Independência
da Bahia

Aos Leitores

Desde 2012, a FAEP tem defendido ajustes da faixa de produtividade na cobertura do seguro agrícola e agora foi atendida.

Para a safra de verão foram feitos alguns ajustes da faixa de produtividade, que agora será de – no mínimo – 65% em todos os municípios do Paraná. Antes essa faixa variava entre 50 e 60%.

O superintendente da seguradora Aliança do Brasil, que atende clientes do Banco do Brasil, Luiz Antônio Digiovani esteve na reunião da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP no dia 17 de julho para apresentar as novidades. A oferta de um seguro que cubra além da produtividade, a qualidade do trigo.

Isso não faz com que a Federação se acomode, continuamos buscando mais. Mais condições que permitam superar os desafios e continuar melhorando a produtividade e mantendo o agronegócio como impulsionador da economia.

Nessa mesma linha, a matéria de capa desta edição fala sobre as oportunidades que existem na silvicultura. Um mercado em ascensão com diversas opções de florestas exóticas e nativas que podem ser comercializadas.

Em períodos de chuvas intensas, essa edição traz informações detalhadas sobre como funciona o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

De olho em iniciativas inovadoras a FAEP apoiou e participou do Show Pecuário em Cascavel. Sempre buscando informar sobre as tecnologias disponíveis para elevar o padrão de produção e estimular a cadeia produtiva de bovinocultura de corte e leite.

Índice

MST	03
Silvicultura	04
ABC do Proagro	08
História - Independência da Bahia	16
Seguro Agrícola	18
Show Pecuário	22
Leite em pó	24
Notas	26
Eventos Sindicais	27
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correia de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da edição 1311: Fernando Santos, Milton Dória, Divulgação e Arquivo FAEP.

Invasão sem fim

Fazenda da Ilha é invadida pela segunda vez em menos de seis meses



Acampamento dos invasores na Fazenda da Ilha no dia 14 de julho

Desde janeiro deste ano, a Fazenda da Ilha, a 11 quilômetros de Borrazópolis, no Norte paranaense, se tornou alvo de invasões comandadas por um bando de baderneiros. A primeira ocupação ocorreu no dia 23 de janeiro, numa noite de sexta-feira, quando um grupo de Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) invadiu a propriedade, localizada às margens da PR-262. Após dois dias, a proprietária e produtora Anita Boyskov obteve a reintegração de posse da terra e os invasores só desocuparam a propriedade no dia 3 de fevereiro.

No último dia 19 de junho, cerca de 30 pessoas, que não são ligadas ao MST, invadiram novamente a Fazenda da Ilha. Mais uma vez, Anita recorreu e com a reintegração de posse nas mãos pediu a retirada do grupo, entretanto, até o momento ninguém saiu de lá. “A situação está crítica, os invasores estão matando animais, roubando ferramentas e medicamentos veterinários, além de destruírem o encanamento na fazenda. Sinto-me impotente diante disso porque tudo está conforme determina a legislação, a propriedade é produtiva, como consta na declaração de Certidão de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR)”, relatou Anita.

Numa área de 1.050 hectares, ela planta soja, milho e trigo e cria bovinos e bubalinos, com um plantel de 300 animais. Segundo Anita, durante a primeira ocupação, o grupo do MST se denominou como representante do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais

(MSTTR), ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). No entanto, a própria instituição divulgou na época que não tinha qualquer envolvimento ou participação na invasão. Pelas contas da produtora, os prejuízos da primeira ocupação somaram em torno R\$ 50 mil. De acordo com ela, ao longo de 11 dias os invasores mataram seis novilhas, três búfalos e 20 carneiros.

Na atual invasão, os baderneiros estão abatendo uma média de dois animais por dia. “Eu ainda não calculei o tamanho do prejuízo, mas não sei se vai sobrar uma cabeça de boi caso eles permaneçam por lá”, lamentou. Administradora de empresas, Anita assumiu o comando da Fazenda da Ilha em 1999, quando o pai Hans Jurgen Boyskov faleceu.

Invasões no Paraná

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconhece atualmente que há cerca de 6,3 mil famílias em 102 acampamentos no Paraná. Segundo o órgão, são acampamentos em áreas em processo de aquisição, áreas de litígio e às margens de rodovias. A política de reforma agrária para abrigar estas famílias enfrenta um desafio no Paraná: a falta de áreas improdutivas para desapropriação.

Muito além do pinus e do eucalipto

Alternativas florestais exóticas e nativas podem ser viáveis, se a cadeia produtiva estiver alinhada

Por André Amorim



Maior produtor nacional de pinus e sétimo maior produtor de eucalipto, o Paraná tem uma vocação natural para a silvicultura, pois alia condições de clima e solo a um parque industrial consolidado, tanto para a produção de móveis, chapas e compensados, quanto para produção de papel e celulose.

Segundo relatório anual da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), que traz o desempenho do setor em 2014, a área plantada com árvores para fins industriais no Brasil totalizou 7,74 milhões de hectares, registrando um aumento de 1,8% em relação a 2013.

Neste período, o PIB do setor florestal também cresceu 1,7%, um incremento superior ao encontrado na atividade

agropecuária, que foi de 0,4%; no setor de serviços, que marcou 0,7%, e muito superior ao registrado no setor industrial, que amargou crescimento negativo de -1,2%.

Esse crescimento excepcional se reflete também nas exportações do setor florestal. Em 2014 a receita das exportações atingiu US\$ 8,49 bilhões, um aumento de 2,5% em comparação aos US\$ 8,28 bilhões de 2013. Do outro lado, as importações diminuíram 3,1%, passando de US\$ 1,91 bilhão em 2013 para US\$ 1,85 bilhão. Desta forma, o saldo da balança comercial setorial aumentou 4,4% em relação a 2013, fechando o ano com US\$ 6,65 bilhões.

Estes números impressionantes referem-se principal-

mente à produção de pinus e eucalipto, porém estas não são as únicas opções possíveis para produção florestal. Dos 7,7 milhões de hectares plantados com árvores em 2014, pouco mais de 7% (588.521 ha) refere-se a outras espécies florestais, como a Teca, a Seringueira, a Acácia e outras.

Embora timidamente, estas alternativas florestais vêm crescendo. Entre 2013 e 2014, segundo a Ibá, a área destinada às árvores que não são pinus nem eucaliptos cresceu 0,3%. No Paraná, estas outras espécies ocupam 16.255 hectares.

A viabilidade de cada espécie varia de acordo com a região, clima, tipo de solo, e – principalmente – a integração da cadeia produtiva para que a produção tenha destinação garantida.

Do ponto de vista da indústria, não há consenso sobre a utilização destas espécies. Segundo o presidente do Sindicato da Indústria do Mobiliário e Marcenaria do Estado do Paraná

(Simov), Mauro Schwartsburd, existe demanda da indústria por madeiras mais nobres, principalmente para a fabricação de móveis de madeira maciça. Ele conta que hoje, por falta de opções nacionais, sua empresa precisa importar Faia da Europa a um custo altíssimo, por volta de R\$ 7 mil por m³.

Na opinião do dirigente, a produção de outras variedades florestais pode ser viável se estiver alinhada com a cadeia produtiva. Vale lembrar que nenhuma inovação é isenta de risco. Quando um produtor decide sair da sua zona de conforto e apostar em alguma alternativa nova, ele deve estar ciente de que está assumindo um risco, que pode ser maior ou menor dependendo das circunstâncias em que ele se encontra.

Para auxiliar o produtor a avaliar essas alternativas, o Boletim Informativo da FAEP traz uma pequena lista com algumas alternativas florestais:

EXÓTICAS



Acácia Negra (*Acacia mearnsii*)

Vocação: Produção de tanino, lenha e celulose

Risco: Baixo

Solo: Não tolera solos encharcados

Clima: Temperado

Está entre os gêneros florestais mais plantados no mundo, é muito comum no Rio Grande do Sul. Apesar de ser típica de climas tropicais, ela é resis-

tente a geada. Sua casca possui tanino, utilizado em curtumes e na produção de outros produtos, como colas. Sua madeira pode ser usada para produção de chapas de partículas (aglomerados), geração de energia e celulose.

E recomendada para consórcios com criação de animais e cultivos agrícolas, uma vez que tem grande capacidade de fixar nitrogênio no solo, através da queda das folhas. Tem boa adaptação, mesmo em terrenos degradados, pode ser usada no combate à erosão e recuperação do solo.



Cedro Australiano (*Toona ciliata*)

Vocação: Madeira para serraria e laminação

Risco: Médio

Solo: Bem drenado, profundo e calcário

Clima: Tropical (não gosta de geadas)

Espécie muito difundida na Ásia, esta é uma árvore de grande porte. Pode atingir

50 metros de altura e 150 centímetros de DAP (diâmetro altura do peito, medida tomada do tronco a uma altura de 1,3 metro do solo). Têm crescimento lento no início, mas depois cresce rapidamente, podendo atingir oito metros de altura e 15 centímetros de diâmetro aos três anos de idade, o que torna a cultura interessante para a exploração comercial.

Não deve ser introduzida em todas as regiões do Paraná, pois se trata de uma espécie tropical, que não gosta de geada.

Seu cultivo tem se difundido no Brasil, principalmente na região Sudeste, onde tem se buscado madeira nobre para serrarias e laminação. Apesar da qualidade da madeira, não deve ser confundido com o cedro brasileiro (*Cedrela fissilis*) que tem crescimento mais lento e é mais vulnerável às pragas nativas.



Liquidâmbar

(*Liquidambar styraciflua*)

Vocação: Madeira para serraria
Riscos: Baixo
Solo: Seco
Clima: Subtropical, mas suporta grande variação climática

Trata-se de uma espécie invasora, com grande poder de difusão, semelhante ao pinus. Porém, sua madeira é muito mais nobre, podendo ser usada na fabricação de móveis maciços de alta qualidade. Também pode ser usada para ornamentação, devido às folhas vermelhas exuberantes, de onde se extrai um lubrificante para maquinário pesado. Da seiva extrai-se o “estoraque”, utilizado em indústrias de perfumaria e medicamentos.

Seu crescimento é rápido. Em locais adequados pode crescer dois metros de altura e dois centímetros de DAP por ano. Em experimento realizado em Quedas do Iguaçu (região Oeste), observou-se incremento de 44m³ por hectare/ano. Trata-se da principal espécie de folhosa para produção de madeira nos Estados Unidos.



Teca

(*Tectona grandis*)

Vocação: Madeira para serraria, construção naval
Risco: Alto
Solo: Muito exigente em cálcio
Clima: Tropical

Embora em proporções menores que pinus e eucalipto, a teca é amplamente cultivada no Brasil. Sua madeira, de alta qualidade, pode atingir até US\$ 1 mil por m³, devido à sua qualidade e versatilidade. Pode ser usada desde a carpintaria em geral e até na construção de navios, pois possui cal e óleo em sua composição, o que faz com que a madeira não apodreça em contato com a água. Quando é empregada nesta finalidade, não é necessária aplicação de tintas ou vernizes para manter sua durabilidade. Também é extremamente resistente a fungos e cupins.

Apesar de resistente, sua madeira é fácil de ser trabalhada. Não empena, e se contrai muito pouco durante a secagem, o que a torna resistente a variações de temperatura e umidade.

Natural do Sudeste asiático, ela começou a ser cultivada no Brasil na década de 1960, sendo os Estados do Mato Grosso e Pará aqueles onde há exploração mais intensa.



Grevillea

(*Grevillea robusta*)

Vocação: Madeira para serraria
Risco: Baixo
Solo: Tolerante solos com inundações temporárias, mas se desenvolve melhor em solos basálticos (terra roxa)
Clima: Subtropical, mas suporta grande variação climática

Foi introduzida no Paraná para sombrear o café, o que lhe rendeu a falsa acusação de transmitir nematóide para os pés de café, quando o que ocorre é justamente o contrário. Suporta grande variação de clima e solo, podendo ser plantada em diversas altitudes e condições. Quando jovem, é mais vulnerável ao frio, por isso a recomendação é que, em regiões mais frias, seja plantada na primavera.

Trata-se de uma árvore de crescimento rápido, anualmente, em média, dois metros em altura, dois a três centímetros em diâmetro. Está pronta para o corte entre 12 e 15 anos.

Em boas condições, pode alcançar incremento anual de cinco a 10 m³/hectare, também é indicada para produção de mel, tendo grande quantidade de néctar.

NATIVAS

As árvores nativas são uma opção interessante para quem deseja recompor a Reserva Legal (RL) e a Área de Preservação Permanente (APP) na propriedade. A legislação atual prevê a possibilidade de explorar espécies florestais que são plantadas na RL, existindo inclusive a possibilidade de iniciar a recomposição com espécies exóticas, para depois serem introduzidas espécies nativas. Na APP, não é permitido explorar as árvores, mas alternativas como a araucária, podem agregar valor à propriedade com a produção de pinhão.



Louro-Pardo (*Cordia trichotoma*)

Vocação: Serraria e laminação
Risco: Médio
Solo: Exige solos de média a alta fertilidade
Clima: Se desenvolve melhor em temperaturas superiores a 18°C

Madeira nobríssima. Pode ser encontrada em todo Paraná, porém nos primeiros anos é bastante vulnerável a

geadas. Deve ser plantado em sistemas mistos junto com outras espécies para evitar o ataque de insetos nocivos à planta. Pode atingir 35 metros de altura com DAP de 100 centímetros. Seu incremento médio anual pode chegar até a 23m³/ha/ano.



Jequitibá Rosa (*Cariniana legalis*)

Vocação: Madeira para serraria
Risco: Médio
Solo: Profundo, rico em matéria orgânica e bem drenado
Clima: Quente e úmido

A exploração desordenada de sua madeira nobre colocou-o na lista das espécies ameaçadas de extinção. Não confundir com o Jequitibá Branco

encontrado no litoral paranaense, cuja péssima qualidade da madeira lhe rendeu o apelido de “estopeira”.

O Jequitibá Rosa pode atingir 50 metros de altura e 100 centímetros de DAP.

Precisa de água entre 1.100 a 2.000 ml por ano. Não tolera frio, o ideal são temperaturas médias entre 25° e 35° C, o que limita sua produção às regiões mais quentes do Paraná.



Bracatinga (*Mimosa scabrella*)

Vocação: Madeira para serraria e produção de energia
Risco: Baixo
Solo: Sensível a solos mal drenados
Clima: Temperado chuvoso

Bastante presente principalmente na região Sul do Brasil, a Bracatinga não é uma árvore longeva, com

mortalidade por volta dos 30 anos, porém seu crescimento é intenso nos primeiros seis anos de vida. Sua madeira nobre se assemelha ao carvalho europeu.

Pode atingir mais de 20 metros de altura, mas a espessura do tronco raramente ultrapassa os 40 centímetros. Sua produtividade média anual é de 12,5 m³/hectare. Em um sistema tradicional de produção, a Bracatinga é cortada entre seis e oito anos, nessa idade sua destinação é para produção de lenha.

Seu nome tem origem indígena e significa “árvore ou mata de muitas plumas brancas”. É comumente encontrada na mesma paisagem natural onde está a araucária.



Araucária (*Araucaria angustifolia*)

Vocação: Produção de pinhão
Risco: Baixo
Solo: Ricos
Clima: Temperado/Frio

Muitas vezes considerada vilã por conta de uma legislação muito punitiva, o Pinheiro do Paraná pode ser uma opção para criação de um pomar de pinhão, garantindo renda ao produtor a partir da venda da semente. Para esta atividade, diversas pesquisas produziram variedades que são extremamente produtivas e precoces, começando a dar pinhão já aos 12 anos.

ABC do Proagro

Como funciona o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Por Maria Sílvia C. Digiovani, engenheira-agrônoma do DTE/FAEP e Pedro Loyola, economista e coordenador do DTE/FAEP



O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) garante o pagamento das operações de crédito rural de custeio, quando a liquidação destes contratos é dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam as lavouras. As normas do Proagro são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR - item 16), que é divulgado pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

O Programa é custeado por recursos alocados pela União e dos provenientes da contribuição que o produtor rural paga, chamado de adicional, ou seja, o custo para adquirir o Proagro. Em 2004 foi criado o “Proagro Mais”, destinado a atender os produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) nas operações de custeio agrí-

cola, que passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprios.

O Proagro é administrado pelo Bacen e operado por seus agentes, representados pelas instituições financeiras autorizadas a operar em crédito rural, as quais contratam as operações de custeio e se encarregam de formalizar a adesão do mutuário ao Programa, da cobrança do adicional, das análises dos processos e da decisão dos pedidos de cobertura, do encaminhamento dos recursos à Comissão Especial de Recursos (CER), dos pagamentos e registros das despesas.

Quando o pedido de cobertura do Proagro é negado pelo agente financeiro, o produtor pode recorrer à CER, única instância administrativa do Proagro. A CER é um órgão Colegiado,

da qual a FAEP participa por indicação da CNA. A Secretaria Executiva do CER está ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O Bacen, administrador do Proagro, age com rigor para efetuar as indenizações em caso de ocorrência de sinistros, considerando fielmente as normas do Manual de Crédito Rural (MCR). Com o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário e do Plano Safra 2015/16, válido a partir de 1º de julho de 2015, o Proagro sofreu alguns ajustes. As orientações produzidas a seguir são baseadas nas normas do MCR para o Proagro.

QUAIS EVENTOS O PROAGRO AMPARA E QUAIS NÃO SÃO AMPARADOS?

São causas de cobertura dos empreendimentos efetivamente enquadrados no Proagro:

a) Nas operações de custeio agrícola: fenômenos naturais fortuitos e suas consequências diretas e indiretas relacionados aos seguintes eventos:

I - chuva excessiva; II - geada; III - granizo; IV - seca; V - variação excessiva de temperatura; VI - ventos fortes; VII - ventos frios; VIII - doença ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, técnica e economicamente exequíveis;

b) Nas operações de custeio pecuário: perdas decorrentes de doença sem método difundido de combate, controle ou profilaxia.

Não são cobertas pelo Proagro as perdas:

a) Decorrentes de: I - Evento ocorrido fora da vigência do amparo do programa definida neste capítulo; II - Incêndio de lavoura; III - Erosão; IV - Plantio extemporâneo; V - Falta de práticas adequadas de controle de pragas e doenças endêmicas no empreendimento; VI - Deficiências nutricionais provocadoras de perda de qualidade ou da produção, identificadas pelos sintomas apresentados; VII - Exploração de lavoura há mais de 3 (três) anos, na mesma área, sem a devida prática de conservação e fertilização do solo; VIII - Qualquer outra causa não prevista no item 2, inclusive tecnologia inadequada; IX - Cancro da haste (*Diaporthe phaseolorum f. sp. meridionalis*; *Phomopsis phaseoli f. sp. meridionalis*) e nematóide de cisto (*Heterodera glycines*) na lavoura de soja, implantada com variedades consideradas suscetíveis pela pesquisa oficial, independentemente do tipo de tecnologia utilizada no empreendimento; X - Das doenças conhecidas por: “gripe aviária” (Influenza Aviária); e “mal da vaca louca” (*Bovine Spongiform Encephalopathy-BSE*).

QUANTO CUSTA CONTRATAR O PROAGRO?

As alíquotas do adicional para enquadramento de empreendimentos financiados no programa atendem às seguintes disposições:

a) Empreendimentos enquadrados no Proagro, alíquotas de:

I - 4% para lavouras desenvolvidas em regime de sequeiro;

II - 2% para as lavouras irrigadas;

III - 3% para as lavouras localizadas no semiárido da área de atuação da Sudene.

b) Empreendimentos enquadrados no Proagro Mais, observadas as disposições das alíneas “c” e “d”, as alíquotas são de:

I - 3%, quando se tratar de primeiro enquadramento de operação do beneficiário, exceto na hipótese prevista no inciso II;

II - 2%, quando se tratar de primeiro enquadramento de operação do beneficiário para as lavouras irrigadas bem como para empreendimentos situados no semiárido da área de atuação da Sudene;

c) A alíquota de que trata o inciso I da alínea “b”:

I - Será decrescida em 0,25% por ano agrícola em que o beneficiário tenha formalizado adesão ao Proagro Mais e não tenha solicitado cobertura, a partir do ano agrícola 2015-2016, não podendo os decréscimos resultar em alíquota inferior a 2%;



II - Será acrescida em 0,5% por ano agrícola em que o beneficiário tenha formalizado adesão ao Proagro Mais e tenha solicitado cobertura, a partir do ano agrícola 2015-2016, não podendo os acréscimos resultar em alíquota superior a 6%;
d) a alíquota de que trata o inciso II da alínea "b":

I - Será decrescida em 0,25% por ano agrícola em que o beneficiário tenha formalizado adesão ao Proagro Mais e não tenha solicitado cobertura, a partir do ano agrícola 2015-2016, não podendo os decréscimos resultar em alíquota inferior a 1%;

II - Será acrescida em 0,5% por ano agrícola em que o beneficiário tenha formalizado adesão ao Proagro Mais e tenha solicitado cobertura, a partir do ano agrícola 2015-2016, não podendo os acréscimos resultar em alíquota superior a 5%;

e) As alíquotas a serem aplicadas a cada beneficiário, em face dos decréscimos e acréscimos previstos nas alíneas "c" e "d" integrarão relação a ser disponibilizada aos agentes do programa pelo Banco Central do Brasil no início de cada ano agrícola.

A alíquota do adicional para o empreendimento enquadrado como atividade não financiada, prevista no MCR 16-8, é de 5%.

COMO FUNCIONA A COBERTURA DO PROAGRO?

A cobertura do Proagro corresponde, no mínimo,

a 70% e, no máximo, a 100% do limite de cobertura, por empreendimento enquadrado.

a) - Está sujeito ao percentual mínimo de cobertura o beneficiário que, observado o histórico dos 36 meses anteriores à data de adesão ao Proagro, em todos os agentes:

1) Não tenha enquadrado o mesmo empreendimento;
2) Conte com deferimento de cobertura a seu favor referente ao último enquadramento do mesmo empreendimento, ainda que não tenha recebido a respectiva indenização.

b - Respeitado o percentual máximo de 100%, o percentual mínimo de cobertura é acrescido de 10 pontos percentuais, a título de bonificação, a cada enquadramento do mesmo empreendimento que não contar com deferimento de pedido de cobertura, nos 36 meses anteriores à data de adesão ao Proagro, em todos os agentes.

c - A indenização será de até 100% do limite de cobertura do programa, independentemente de eventual bonificação de que trata o item 23, no caso de:

1) Operação enquadrada no Proagro Mais; e
2) Empreendimento enquadrado e executado com o uso de irrigação, qualquer que seja a linha de crédito ou o programa a que esteja vinculado o beneficiário.

d - Para efeito do disposto no item b, consideram-se apenas os enquadramentos ocorridos após o último deferimento da cobertura.





DICAS PARA NÃO PERDER OS DIREITOS À COBERTURA DO PROAGRO

Esta publicação tem o objetivo de alertar os agricultores para os procedimentos corretos que deverão ser tomados desde o planejamento da lavoura até a colheita e comercialização, para não perder o direito à indenização do Proagro.

1) AO PLANEJAR A LAVOURA

1.1 - Orçamento

Procurar um engenheiro-agrônomo para elaboração do orçamento analítico de despesas previstas com a lavoura e os respectivos valores, para encaminhamento ao agente financeiro e obtenção do crédito.

A variedade e quantidade de semente, a formulação e quantidade de adubo, herbicida, inseticida, fungicida e demais insumos recomendados no orçamento devem ser seguidos pelo produtor, pois esses dados serão confrontados se houver quebra na produção e necessidade de indenização. Se forem utilizados insumos diferentes ou em quantidades diferentes, esses valores não serão cobertos pelo Proagro.

Cuidado ao prestar as informações sobre sistemas de plantio, lembrando que, se informar que fará “plantio direto” e depois fizer plantio convencional ou vice-versa, o agricultor perderá o direito à cobertura

1.2 - Mapa da área financiada e de recurso próprio

É obrigatório entregar ao agente financeiro um mapa identificando a área onde será implantada a lavoura financiada e a não financiada, se houver.

Qualquer alteração em relação à localização dessas áreas deve ser imediatamente comunicado ao Agente Financeiro e à Assistência Técnica.

1.3 - Análises de solo

Para financiamentos com valor superior a R\$ 5.000,00 é obrigatório que o produtor apresente:

- Resultado de análise química do solo com validade de até dois anos, com a respectiva recomendação do uso de insumos.
- Resultado da análise granulométrica com validade de até 10 anos, para identificar a classificação do solo como tipo 1 (arenoso), tipo 2 (misto), ou tipo 3 (argiloso), conforme prevê o zoneamento agrícola.
- As análises devem estar em nome do mutuário, de membro da família constante da DAP ou do proprietário da terra, informar o número de hectares da gleba da lavoura a que se referem e conter o município e a matrícula do imóvel.

1.4 - Zoneamento Agrícola de risco Climático

Só adquirir semente depois de certificar-se que a variedade é recomendada para o seu município e para o tipo de solo onde a lavoura será implantada (tipo 1, 2, ou 3). Semente não recomendada é causa de indeferimento do pedido de cobertura.

As portarias do Zoneamento Agrícola de Risco Cli-

mático, divulgadas anualmente pelo MAPA, trazem a relação das sementes recomendadas.

2) AO SOLICITAR O FINANCIAMENTO

2.1 - Entregar o orçamento analítico ao agente financeiro

2.2 - Verificar se o adicional de Proagro (taxa) foi efetivamente debitado pelo Agente Financeiro. Se o adicional não for debitado, o produtor não terá direito à cobertura de Proagro.

3) DEPOIS DE EFETUAR O FINANCIAMENTO - PREPARANDO-SE PARA O PLANTIO

3.1- Orçamento analítico

Seguir tudo o que consta do orçamento analítico. Adquirir os insumos conforme previsto no orçamento.

3.2 - Alteração no orçamento analítico

Consultar o agrônomo que fez o orçamento antes de realizar qualquer mudança no que foi planejado no orçamento, seja para plantar variedade diferente da planejada, utilizar outra formulação de fertilizante, utilizar defensivos diferentes do que foram planejados, ou mudar as quantidades aplicadas. Qualquer alteração deve ser aprovada por escrito por esse profissional e pelo agrônomo do agente financeiro, antes de ser realizada.

3.3 - Comprovantes de aquisições de insumos

É obrigatório guardar os comprovantes de aquisições de insumos porque deverão ser apresentados ao agente financeiro para comprovar a aquisição em caso de solicitação de cobertura do Proagro.

Somente são aceitos como comprovantes de aquisição de insumos os seguintes documentos:

- A primeira via da Nota Fiscal, o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe), ou o cupom fiscal, emitidos no nome da pessoa que assinou os documentos para obtenção do crédito e Proagro.

- A Nota Fiscal, a Danfe, ou o Cupom Fiscal devem ser tirados obrigatoriamente em nome de quem financiou a lavoura, não podem sair em nome de qualquer outro familiar.

O único caso em que esses comprovantes são aceitos em nome de outro membro da família é para financiamento da agricultura familiar, com DAP,

- No dia que em retirar o insumo da casa comercial, o agricultor deve pegar as Notas Fiscais referentes, com a data do dia. As normas do Proagro não aceitam Notas Fiscais ou outro comprovante com datas posteriores ao emprego de um insumo. Por exemplo: plantio em 15 de outubro de 2015 e NF de semente ou fertilizante com data de 20 de outubro de 2015.

Para indenização do Proagro NÃO são aceitas:

- As 2ª, 3ª ou 4ª vias de Nota fiscal, Danfe ou cupom fiscal.

- Nota fiscal, Danfe ou cupom fiscal em nome de pessoa di-

ferente daquela que assinou os documentos de financiamento, como pai, filho, esposo, esposa, etc.

- Nota fiscal, Danfe ou cupom fiscal com rasuras, como alteração de informações escritas com caneta por cima da informação original.

- Notas fiscais, Danfe ou cupom fiscal de fertilizante ou semente com data após o plantio da lavoura.

- Nota fiscal de Defensivos com data posterior à data de aplicação informada nos laudos.

- Notas fiscais, Danfe ou cupom fiscal com data de mais de 180 dias antes do plantio da lavoura.

4) NO PLANTIO

- Plantar somente variedades recomendadas e dentro da época recomendada pelo zoneamento agrícola para cada tipo de solo.

- Aguardar boas condições de clima para plantio. Lembrar que a vigência do Proagro inicia com a germinação da lavoura. Não são cobertas perdas por não germinação ou germinação baixa.

- Plantar conforme sistema informado no orçamento (plantio direto ou convencional).



5) DEPOIS DE EFETUAR O PLANTIO

5.1- *Vistorias obrigatórias do assistente técnico*

- O assistente técnico tem por obrigação realizar três vistorias na lavoura, registradas em laudo, nas épocas de desenvolvimento vegetativo, frutificação e próximo da colheita.

O laudo de vistoria deve registrar a tecnologia empregada na lavoura, os insumos efetivamente aplicados, a estimativa de produção e a comunicação de ocorrência de fatores causadores de perdas, quando houver.

- O produtor deve acompanhar a vistoria e informar corretamente os insumos e quantidades empregadas. Deve ter em mãos as notas fiscais para não haver engano nas informações

- Informar se há necessidade de novo remanejamento de verbas entre os insumos. Se houver, o agrônomo deve recomendar no laudo.

IMPORTANTE: O agricultor nunca deve assinar o laudo de vistoria sem antes ler atentamente para certificar-se de que tudo que está escrito corresponde à realidade.

- É do agricultor a responsabilidade pela entrega dos laudos ao agente financeiro, por isso ele deve certificar-se de que os

laudos estão sendo entregues regularmente, até 15 dias após as vistorias.

5.2 - *Condução da lavoura*

O agricultor precisa seguir todas as recomendações constantes nos laudos de vistoria para manter a lavoura no limpo e controlar ataques de pragas ou doenças.

Qualquer falha nesse sentido será considerada causadora de perdas não amparadas e diminuirá o valor da cobertura, podendo até inviabilizar a cobertura, dependendo do grau das perdas.

5.3 - *O remanejamento de verbas precisa ser autorizado pelo assistente técnico ou agente financeiro*

Se for necessário remanejamento entre as parcelas do orçamento analítico (exceto parcela de colheita), deve ser imediatamente comunicado à Assistência Técnica para que seja elaborado e encaminhado uma solicitação ao Agente Financeiro, o qual deverá autorizar por escrito.

Por exemplo, se a verba destinada para adubo não foi totalmente gasta e faltou dinheiro da verba reservada para inseticida, o agricultor deve procurar o assistente técnico ou agente financeiro para solicitar oficialmente e registrar o remanejamento em laudo.

O Proagro não aceita comunicados de remanejamento após a ocorrência de perdas.





6) QUANDO OCORRER UM EVENTO AMPARADO PELO PROAGRO QUE CAUSE PERDAS NA LAVOURA

6.1 - Comunicação de ocorrência de perdas

O agricultor precisa dirigir-se ao agente financeiro e fazer a comunicação de ocorrência de perdas imediatamente após certificar-se que um evento (chuva excessiva, granizo, seca, ou outro amparado pelo Proagro) causou danos que reduzam o rendimento esperado da lavoura. O agente financeiro indicará um perito para vistoriar a lavoura.

6.2 - Aguardar a vistoria do perito indicado pelo agente financeiro.

6.3 - Não colher nenhuma parte da lavoura antes da vistoria do perito.

O agricultor não pode colher uma parte da lavoura antes da visita do perito, pois nessa área colhida será considerado a produção inicialmente prevista e o preço será o maior parâmetro entre o preço mínimo, o preço considerado na formalização do crédito ou o preço de mercado do produto de boa qualidade, mesmo que essa área tenha produzido muito pouco e produto de baixa qualidade.

7) QUANDO O PERITO REALIZAR A VISTORIA PARA COMPROVAÇÃO DAS PERDAS

Em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação de perdas pelo produtor, o agente financeiro deve solicitar a comprovação de perdas. A comprovação de perdas deve ser efetuada:

- a) no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do agente, no caso de perda parcial ou total por evento ocorrido na fase de colheita;
- b) no prazo de 8 (oito) dias corridos a contar da solicitação do agente, no caso de perda total, exceto quanto ao disposto

na alínea “a”.

- Acompanhar pessoalmente o perito na vistoria da lavoura ou designar uma pessoa para isso.
- Certificar-se de estar de acordo com as informações que o perito colocou em seu laudo, principalmente sobre a previsão da quantidade e qualidade do produto a ser colhido.
- Se houver perda da qualidade do produto, isso deve ser expresso claramente no laudo.
- Após a vistoria do perito, o agricultor precisa adotar todas as práticas recomendadas para minimizar os prejuízos e evitar o agravamento das perdas.

8) QUANDO HOVER AGRAVAMENTO DE PERDAS

- Se o perito fez a vistoria, estimou a produção a ser obtida e após sua visita o evento continuou a prejudicar a lavoura, ou ocorreu outro evento que baixou a quantidade e qualidade do produto, o agricultor deve dirigir-se ao assistente técnico e ao Agente Financeiro e comunicar que as perdas se agravaram.
- O agente financeiro determinará nova visita do perito.
- Aguardar nova vistoria do perito.
- Acompanhar a vistoria e certificar-se de concordar com o registrado no laudo do perito sobre a quantidade e qualidade de produto a ser colhido.

9) QUANDO O PERITO LIBERAR A LAVOURA PARA SER COLHIDA

- Efetuar a colheita, comercializar o produto e levar imediatamente a primeira via das Notas Fiscais ao agente financeiro.

IMPORTANTE

- Quando houver perda de qualidade do produto, atestada pelo assistente técnico e perito, será considerado o valor constante das notas de venda, desde que entregues ao agente financeiro antes da conclusão da análise do processo de cobertura do Proagro.

Se não forem apresentadas as notas de comercialização dentro desse prazo, o preço para o produto colhido será o maior entre os seguintes parâmetros:

- Preço mínimo;
- Preço de mercado;
- Preço considerado no enquadramento da operação no Proagro;
- Preço de garantia definido para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura familiar, no caso de beneficiários do Pronaf.



— SEMINÁRIOS —

TENDÊNCIAS DE MERCADO

— DE GRÃOS —

Os preços da soja, do milho e do trigo vão subir ou cair?

Considerando as mudanças no clima nos EUA, a volatilidade de preços das commodities agrícolas no mercado internacional e a taxa de câmbio no Brasil, dentre outras variáveis, que apresentam um cenário diferente do primeiro semestre desse ano, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, em parceria com os Sindicatos Rurais promove o Seminário:

PALESTRAS

TENDÊNCIAS DE MERCADO DE GRÃOS SOJA, MILHO E TRIGO

Flávio França Junior,
Analista de mercados de commodities

França Junior é economista e atua há 28 anos em análise agroeconômica e de mercados de commodities, sendo que por 24 anos foi Analista Sênior do Grupo SAFRAS & Mercado

DATAS E LOCAIS

PONTA GROSSA

Terça-feira 28 de Julho / 9h - 11h30

Salão Nobre da ACIPG

Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa
R. Coronel Dulcídio, 975 - Centro

GUARAPUAVA

Terça-feira 28 de Julho / 19h - 21h30

Anfiteatro do Sindicato Rural de Guarapuava
R. Afonso Botelho, 58 - Trianon

PATO BRANCO

Quarta-feira 29 de Julho / 9h - 11h30

Auditório do Centro Regional
de Eventos de Pato Branco
R. Benjamim Borges dos Santos s/n
Bairro Fraron

CASCADEL

Quinta-feira 30 de Julho / 9h - 11h30

Anfiteatro do Sindicato Rural de Cascavel
R. Paraná, 3937 - Centro

MEDIANEIRA

Sexta-feira 31 de Julho / 9h - 11h30

ACIME - Associação Empresarial de Medianeira
Av. José Callegari, nº 700 - Centro

CORNÉLIO PROCÓPIO

Quinta-feira 06 de Agosto / 9h - 11h30

Anfiteatro do Sindicato Rural de Cornélio Procópio
Av. Alberto Carazzai, 1630 - Centro

LONDRINA

Quinta-feira 06 de Agosto / 19h - 21h30

Auditório Milton Alcover
Parque de Exposições Governador Ney Braga
Av. Tiradentes, 6275 - Jardim Rosicler

MARINGÁ

Sexta-feira 07 de Agosto / 9h - 11h30

Auditório da Sociedade Rural de Maringá
Parque Internacional de Exp. Francisco Feio Ribeiro
Av. Colombo, 2186 - Vila Morangueira

SISTEMA FAEP



A Independência da Bahia



“Baianos é tempo... Vós vedes a marcha gloriosa das Províncias coligadas, vós quereis tomar parte nela, mais estais aterrados pelos invasores, recobrai o ânimo. Sabeis que as tropas comandadas pelo infame Madeira são suscetíveis de igual terror. Haja coragem, haja valor”

Carta do Príncipe Regente Pedro de Alcântara conclamando o povo baiano a engajar-se na luta pela expulsão das forças portuguesas

A famosa frase “Independência ou morte”, proferida por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga não teve conotação apenas simbólica. Em algumas províncias do Brasil Colônia, a independência de Portugal foi marcada por conflitos armados que escreveram com o sangue de civis e militares a história da ascensão da colônia a um império independente na América.

A emancipação brasileira da metrópole portuguesa começou a ser desenhada em 1808, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, fugindo das invasões de Napoleão na Europa.

Diante deste cenário, o povo brasileiro sonhava alto com sua autonomia política, porém, de volta a Lisboa, a corte portuguesa planejava algo diferente. Tramava a recolonização do Brasil.

O estopim para a revolta que culminou com a independência da Bahia ocorreu no dia 15 de fevereiro de 1822, quando chegou a Salvador uma carta de Portugal nomeando o Brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo para o posto de Governador das Armas, em detrimento do brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães.

A escolha acirrou os ânimos e colocou em lados opostos da batalha brasileiros que desejavam nossa independência, e os portugueses colonialistas. Do lado português, Madeira de Melo conseguiu o apoio de comerciantes portugueses e dos regimentos de Infantaria (12º), de Cavalaria e das unidades da Marinha Portuguesa. Do lado brasileiro havia a Legião de Caçadores, o regimento de Artilharia e o 1º Regimento de Infantaria.

Os primeiros tiros foram ouvidos na madrugada do dia 19 de fevereiro daquele ano, no Forte de São Pedro, onde estavam as tropas da Marinha Portuguesa, vindas de São Bento. Os marinheiros atacaram casas, pessoas e invadiram o Convento da Lapa onde haviam se refugiado alguns revoltosos brasileiros. Durante a invasão assassinaram a baionetada a abadessa Sórora Joana Angélica de Jesus, que tentava impedir a invasão do claustro das noviças.

Salvador transformou-se numa praça de guerra. Confrontos violentos ocorreram também nas Mercês, na Praça da Piedade e no Campo da Pólvora. Civis e militares brasileiros refugiaram-se nas matas em torno da capital e no Recôncavo Baiano.

A resistência brasileira começava a tomar corpo.

Comandando as tropas brasileiras estava o militar francês Pierre (Pedro) Labatut. Ex-integrante do exército de Napoleão, conhecido como “Pirata do Caribe”, ele foi contratado por Dom Pedro I para suprir a falta de oficiais militares com experiência no incipiente exército brasileiro. No início, as tropas baianas eram formadas por militares, homens livres, escravos, lavradores, vaqueiros e até índios.

Antes da chegada do general francês, a resistência era liderada por João das Botas (apelido do tenente João Francisco de Oliveira), um português fiel a Dom Pedro I que se teve importante papel na defesa naval da Ilha de Itaparica. A batalha marítima ganhou mais tarde o comando do almirante britânico Lorde Thomas Cochrane, primeiro comandante da esquadra brasileira e um dos heróis da Marinha Brasileira. Seu nome, dizem alguns historiadores, tinha efeito psicológico sobre as tropas portuguesas, uma vez que sua fama de corsário (era chamado de “Lobo” por Napoleão e “El Diablo” pelos espanhóis) era conhecida por toda Europa.

As mulheres também marcaram seu lugar na história. Não apenas como cozinheiras ou enfermeiras, mas como guerreiras vigorosas e combativas. Duas delas ganharam status de heroínas da revolução. Duas Marias.

A negra Maria Felipa organizou dezenas de outras mulheres, homens, negros e índios na Ilha de Itaparica numa emboscada que destruiu 42 embarcações portuguesas que tentavam invadir o local.

Já Maria Quitéria, filha de lavradores do sertão, quando soube da revolução, cortou os cabelos, emprestou uma roupa masculina do cunhado e se alistou como “soldado Medeiros” no Batalhão dos Voluntários do Príncipe, chamado “dos Periquitos”, por causa da cor verde da farda. Com bastante desenvoltura com o rifle, uma vez que havia aprendido com o pai a atirar para caçar, destacou-se nos combates e por seus atos de bravura, o General Pedro Labatut conferiu-lhe as honras de 1º Cadete, mais tarde, recebeu do próprio Imperador o posto de Alferes e a Ordem do Cruzeiro. Hoje existe uma estátua em sua homenagem no Largo da Soledade, em Salvador.

As batalhas se estenderam até a madrugada de 2 de julho de 1823, quando as tropas de Madeira de Melo deixaram a Baía de Todos os Santos, cercados por terra, pelo Exército Pacificador do então general Lima e Silva, e por mar pela esquadra de Lord Cochrane. Era a vitória dos brasileiros.

De volta a Salvador as tropas foram recebidas com muita alegria, mas em um cenário de completa privação, com a economia destruída pelo conflito. A comemoração ocorreu conforme era possível, arrumaram uma carroça com folhas verde-amarelas, puseram em cima um velho índio e saíram pelas ruas celebrando o fim do domínio português, numa tradição que remonta até os dias de hoje.



Pintura de Maria Quitéria uma das personagens da Independência da Bahia

Combatentes	
Império do Brasil	Reino de Portugal
Principais líderes	
Pedro Labatut	Inácio Luís Madeira de Melo
Forças	
No começo: 1.500	No começo: 3.000
No final: 14.000	No final: 10.500
Navios:	Navios:
1 Navio de linha, 3 Fragatas	1 Navio de linha, 2 Fragatas
2 Corvettes, 3 Navios	1 “Charrua”, 8 Corvettes
brigadeiros, 1 “Charrua”	2 Brigadeiros
1 Brigadeiro-Escuna	
Vítimas	
750 mortos, 280 feridos	2.500 mortos, 700 feridos, 300 capturados.

Fonte: wikipédia

Seguro Agrícola:

Saiba os direitos e os deveres dos produtores e das seguradoras

Por: Pedro Loyola, economista e coordenador do DTE/FAEP e Maria Sílvia C. Digiovani, engenheira-agrônoma do DTE/FAEP



O seguro agrícola cobre as lavouras contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos climáticos. Inclui a cobertura de sinistros sobre a planta, desde sua emergência até a colheita, contra a maioria dos riscos de origem externa, tais como, incêndio e raio, tromba d'água, ventos fortes, granizo, geada, chuvas excessivas, seca e variação excessiva de temperatura.

Ao contratar o seguro agrícola junto ao corretor de seguros, é necessário tomar alguns cuidados. A Superintendência de Seguros Privados (Susep) é o órgão do governo federal que regula o mercado de seguros privados. É preciso ficar atento aos deveres ao contratar o seguro agrícola para não perder os direitos à indenização em caso de sinistros.

Antes de contratar o seguro agrícola é importante verificar quais são os riscos que estão cobertos e, principalmente, quais riscos não têm cobertura. Logo, para saber qual o seguro apresenta o melhor custo-benefício, é recomendável que o produtor compare os seguros agrícolas disponíveis em diferentes

companhias de seguro e a taxa de aquisição (prêmio), ou seja, o valor que o segurado paga à seguradora pelo seguro para transferir a ela o risco previsto nas condições contratuais.

Há diferentes coberturas no seguro agrícola: multirrisco (seca, chuvas excessivas, ventos fortes, geada, granizo), nomeados (geada e granizo), faturamento/receita (multirrisco que considera variações na produção e no preço de comercialização). Os seguros agrícolas não cobrem pragas e doenças.

Tão logo o produtor confirme perdas relevantes sobre sua lavoura por evento climático coberto pelo seguro, deve comunicar o seu agente de seguro o mais rápido possível para que possa ser providenciada a vistoria por um perito designado.

Para que o produtor possa ser atendido na sua solicitação de cobertura do sinistro ocorrido, precisa se certificar do cumprimento das suas obrigações estabelecidas na apólice do seguro, dentre as quais destacam-se:

- conduzir a cultura respeitando o zoneamento agrícola divulgado

pelo MAPA e conforme as recomendações técnicas dos órgãos oficiais e entidades técnicas especializadas para atingir a produtividade esperada, especialmente no que se refere à quantidade, variedade e sanidade das sementes/mudas empregadas, época de plantio, assim como o emprego adequado dos tratamentos culturais e fitossanitários;

- Apresentar à seguradora as coordenadas geográficas georreferenciadas e croquis com identificação e localização da área segurada;
- Permitir à Seguradora a inspeção dos bens segurados pelas pessoas por ela autorizadas a qualquer momento e facilitar o acesso a todos os detalhes e informações necessárias para a devida apreciação do risco;
- Comunicar imediatamente à Seguradora todas as circunstâncias que possam afetar ou alterar o risco descrito na Proposta de Seguro;
- Não erradicar a cultura ou realizar a colheita sem autorização da seguradora;
- Comunicar à seguradora o período previsto para a colheita para que o perito realize a vistoria final com avaliação da produtividade a ser obtida na área segurada;
- Apresentar à seguradora as notas fiscais dos insumos (sementes e adubo) utilizados na área segurada. Esses documentos devem estar em nome do segurado e da propriedade.

- Adotar todas as providências cabíveis no sentido de preservar os salvados, não podendo abandoná-los, quando ocorrer sinistro que atinja bens cobertos pelo seguro.

- Autorizar qualquer representante da Seguradora a obter informações sobre produções colhidas, área plantada, insumos aplicados e outros elementos necessários nas máquinas de beneficiamento, cooperativas, centros de abastecimentos, armazéns gerais, firmas compradoras, indústrias e entidades bancárias com as quais a cultura segurada estiver ou vier a estar vinculada;
- Comunicar por escrito à Seguradora, até o prazo máximo de 8 (oito) dias da sua ocorrência, os seguintes fatos:

a- venda, alienação, cessão ou qualquer forma de transferência da cultura segurada;

b- penhor ou qualquer outro ônus sobre a cultura segurada; e

c- quaisquer modificações na área estabelecida na Apólice, bem como qualquer modificação no método de cultivo adotado.

- É possível usar semente própria ou semente salva, desde que o produtor tenha registrado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na safra anterior, seu interesse em guardar parte da produção para usar como semente na safra seguinte. Deve ser entregue ao agente financeiro a nota fiscal da aquisição das sementes que originaram a semente salva.

IMPORTANTE

COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE PERDAS

Após confirmar perdas relevantes sobre sua lavoura por evento climático coberto pelo seguro, o produtor comunica a companhia de seguro o mais rapidamente possível para que possa ser providenciada a vistoria por um perito designado. Não há prazo legal para essa vistoria, mas o normal é as seguradoras atenderem em cinco dias úteis, sendo que a demora não pode ultrapassar 15 dias corridos, pois geralmente o produtor não pode esperar a seguradora para colher.

LAUDO DE INSPEÇÃO DE DANOS

O Segurado ou seu representante legal deverá acompanhar os trabalhos de levantamento dos prejuízos, assinando os laudos de inspeção de danos (Preliminar e Final) em conjunto com os peritos. Caso discorde das conclusões dos peritos deverá declarar e assinar no próprio laudo suas razões para a discordância, a qual será analisada pela seguradora.

RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÕES

Conforme a Susep, órgão do governo federal que regula o mercado de seguros privados:

“A liquidação dos sinistros deverá ser feita num prazo não superior a 30 dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos apresentados pelo segurado ou beneficiário(s).

A contagem do prazo poderá ser suspensa quando, no caso de dúvida fundada e justificável, forem solicitados novos documentos, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências pelo segurado ou beneficiário.

É essencial que o segurado ou beneficiário solicite à sociedade seguradora o devido protocolo que identifique a data do recebimento do aviso de sinistro e respectivos documentos.”

PROBLEMAS NO SEGURO AGRÍCOLA

Em caso de problemas com o seguro agrícola, como atrasos na vistoria acima de cinco dias úteis ou demora em recebimento de indenizações acima de 30 dias, contate primeiro a Companhia Seguradora e caso o problema persista, comunique o Departamento Técnico e Econômico da FAEP: pedro.loyola@faep.com.br

FAEP participa da elaboração de novo seguro para trigo

A novidade da seguradora do BB é a cobertura de perdas de qualidade



A Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP se reuniu em 17 de julho, em Curitiba. O tema principal do encontro foi o seguro agrícola para a safra de verão e o novo seguro de trigo. As novidades foram apresentadas pela seguradora Aliança do Brasil, que atende clientes do Banco do Brasil (BB). A apresentação foi realizada pelo superintendente da seguradora, Luiz Antônio Digiovani. “Mantemos um canal de comunicação direto com o produtor rural através dessa Comissão da FAEP. Nossa intenção é sempre oferecer o melhor produto que garanta o maior nível de proteção ao produtor rural”, comentou.

Para a safra de verão foram feitos alguns ajustes da faixa

de produtividade, que agora será de – no mínimo – 65% em todos os municípios do Paraná. Antes essa faixa variava entre 50 e 60%.

A FAEP defendia essa proposta desde 2012, pois uma parcela de produtores estava contratando alguns seguros com baixa cobertura, que são mais baratos, mas têm baixa eficiência no momento de acionar o sinistro. “O governo federal também estipulou para todas as seguradoras a faixa mínima de 60%, mas a FAEP está buscando ainda mais. Entendemos que o mínimo deve ser de 70% e novos modelos de seguros devem ser fomentados”, comenta o coordenador do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Pedro Loyola.

Para a safra de verão Digiovani lembra que a seguradora já utiliza, para calcular a produtividade esperada, a média histórica de cada produtor de acordo com os registros do Banco do Brasil. “Também fizemos alguns ajustes para facilitar a contratação do Seguro Faturamento, aquele que preserva a renda do produtor”.

Novo seguro para o trigo

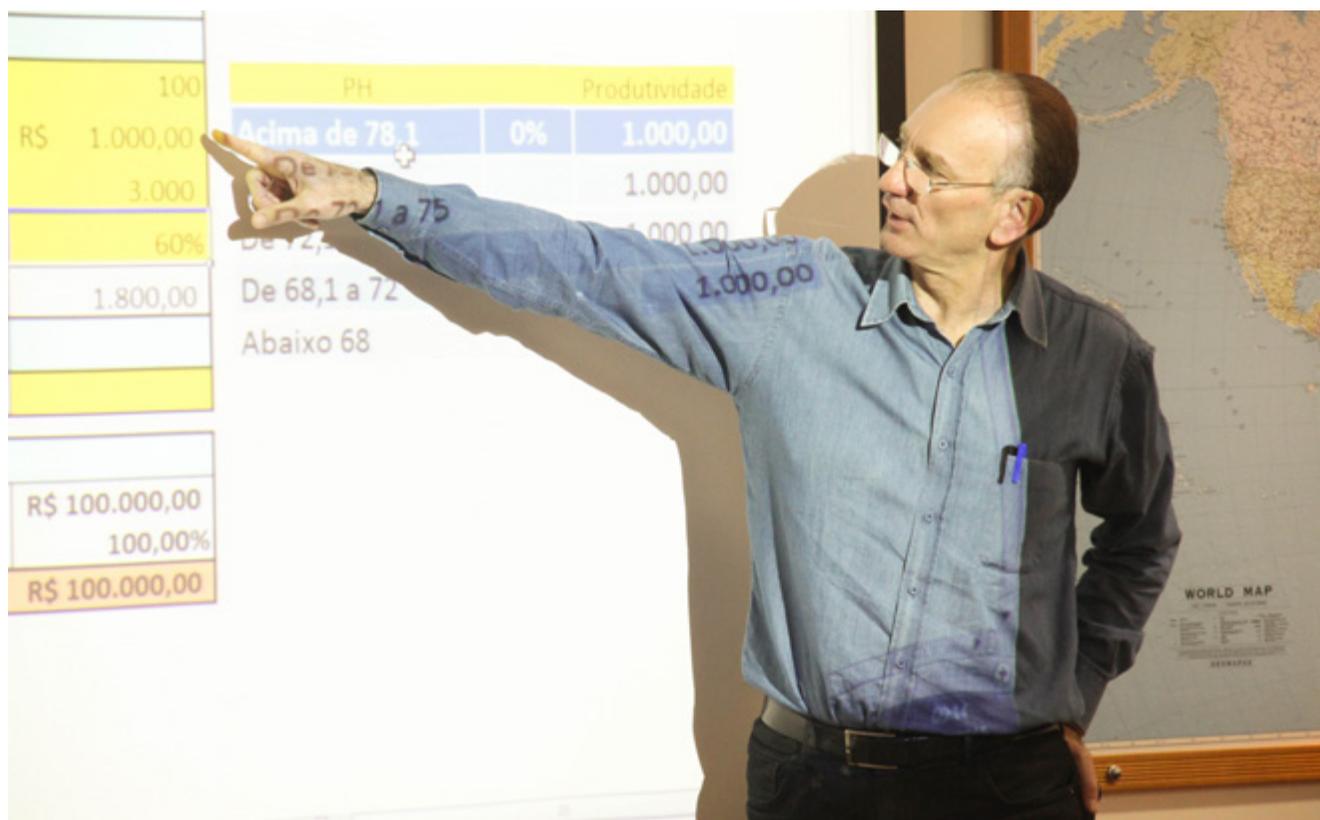
Também atendendo a uma antiga reivindicação da FAEP, a seguradora Aliança do Brasil elaborou um novo modelo de seguro agrícola para o trigo, que leva em conta, além da produtividade, a perda de qualidade do trigo mensurado pelo índice de PH do grão. A sigla PH do trigo quer dizer “peso hectolítrico”, ou seja, quantos quilos de trigo cabem em 100 litros. Para saber a finalidade industrial do trigo (pão, biscoito, macarrão), o número que sucede o PH é um dos indicadores da classificação. O trigo com PH abaixo de 78, geralmente sofre desvalorização de preço na comercialização. E isso pode ocorrer devido às chuvas excessivas na colheita, que afetam a qualidade. Os seguros agrícolas existentes não cobriam os prejuízos por perda de qualidade, indenizando apenas as perdas de produção física.

“A proposta de incluir a perda de qualidade na cobertura do seguro de trigo surgiu em uma reunião da Comissão de Cereais, em 2009. Nos anos em que os produtores tiveram perdas com o excesso de chuva, esse seguro irá minimizar os riscos e prejuízos”, afirmou Ivo Arnt Filho, presidente da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP.

O novo modelo de seguro para o trigo está sendo ajustado à realidade de mercado e estará disponível para os produtores rurais na safra que será plantada em 2016.

O superintendente de seguros da Aliança do Brasil explicou que o BB já oferece um seguro mais abrangente para a safra do trigo com cobertura multirrisco – geada, granizo, seca e chuva excessiva. “É uma demanda importante e um avanço para os produtores. Nos próximos meses deveremos finalizar os critérios para comercialização desse novo modelo de seguro para o trigo junto com a FAEP”, finaliza Digiovani.

Na próxima reunião na FAEP, marcada para 24 de agosto, os produtores membros da Comissão poderão analisar um estudo que os técnicos da FAEP estão realizando. Com o aval da Comissão, a FAEP enviará para a seguradora uma proposta dos ajustes necessários no cálculo de indenização. Esse cálculo será baseado nos deságios de preços de comercialização quando o trigo perde em qualidade e apresenta PH menor que 78.



Show Pecuário de Cascavel

Uma feira exclusiva do segmento que inova ao levar informações e tecnologias aos pecuaristas



A primeira edição do Show Pecuário de Cascavel, realizado de 14 a 16 de julho, reuniu 60 expositores, comercializou mais de R\$ 2 milhões e registrou a presença de mais de cinco mil visitantes. Além do 1º Leilão Show Angus, workshops, julgamentos de animais o evento também trouxe uma série de palestras técnicas com pesquisadores e especialistas na cadeia de bovinocultura de corte e leite.

“A região Oeste é reconhecida pela sua produtividade na área de grãos. A pecuária estava esquecida com a perda de competitividade que o setor sofreu nos últimos anos. Com esse evento iniciamos a retomada de valorização da cadeia. Temos que usar todas as tecnologias disponíveis para elevar o padrão de produção também na pecuária”, avaliou o presidente do Sindicato Rural de Cascavel, Paulo Orso.

O show foi realizado em parceria entre Sindicato Rural e Sociedade Rural, ambos de Cascavel, com o apoio do Sistema

FAEP/SENAR-PR. O assessor da FAEP, Ronei Volpi participou do evento. “É uma iniciativa inovadora em alavancar as cadeias produtivas das pecuárias numa visão modernizadora das exposições pecuárias e integração do sistema sindical com as entidades associativas do setor pecuário”.

Tendências do mercado de corte e leite

Ao todo foram dez palestras, voltadas à prática da atividade agropecuária e aos desafios de mercado e novas tecnologias. Entre elas, a do engenheiro-agrônomo Sérgio De Zen, professor/doutor da Universidade de São Paulo (USP) e colaborador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), que abordou o tema Tendências do Mercado de Corte e Leite.

“A pecuária de corte e de leite demandam investimentos de longo prazo. Num cenário de incertezas políticas e econômicas, a decisão de investir ou sair dessas atividades precisa ser tomada com cautela. Levantamentos do Cepea mostram sustentação dos preços da carne. A crescente demanda internacional e a maior retenção de fêmeas reforçam o quadro de sustentação dos valores”, informou.

No mercado de leite, o professor afirma que embora o preço recebido pelo produtor venha numa sequência de alta desde março, decorrente da entressafra na região Sul, as médias atuais continuam entre as menores dos últimos seis anos. Além do aumento na produção este ano, resultado dos maiores investimentos durante 2014, os menores níveis de preços do leite ao produtor estão atrelados à demanda enfraquecida, devido à retração econômica.

Carne angus

O gerente nacional do programa Carne Angus Certificada, da Associação Brasileira de Angus (ABA), Fábio Medeiros, abordou o tema Carne Angus, Desafios e Oportunidades para o Estado do Paraná. Ele explorou os aspectos deste mercado e suas oportunidades, seu tamanho e potencial além de discutir as estratégias que devem ser adotadas dentro da porteira para se chegar aos atributos de qualidade demandados.

“Um consumidor cada vez mais exigente e disposto a pagar um valor diferenciado por produtos especiais, e, indiferente a qualquer crise econômica, se multiplica no Brasil há mais de uma década. Hoje temos um importante número de consumidores, formados pelas classes A, B e também da classe C”, argumentou.

Bem-estar animal

O zootecnista, mestre em produção animal da Emater em Paranavaí, Wander de Souza, falou sobre o Bem-Estar em Comportamento Animal e o ambiente que os animais estão introduzidos. “O clima afeta diretamente os animais e temos que buscar atender suas necessidades biológicas”. Souza explicou também que o tratamento

que os animais, principalmente os bovinos, recebem afeta diretamente o seu comportamento e a produção de carne.

JAA

Os participantes do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), do Distrito de Cascavel, Rio do Salto, visitaram o Show Pecuário de Cascavel no dia 14 de julho.

Os jovens assistiram as palestras técnicas: Tendências do Mercado Brasileiro para bovinocultura de corte e leite e Forrageiras para produção de leite. A presença dos alunos ficou registrada na foto com o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto, com o diretor do Colégio Estadual do Rio do Salto, Adelmo e do instrutor Sandro Pio Passarin. O diretor secretário da FAEP Livaldo Gemin também visitou o evento.



Leite em pó barato estimula importação brasileira

Por Maria Silvia C. Digiovani, engenheira-agrônoma do DTE/FAEP



O mercado lácteo está reprisando algo que se julgava enterrado e esquecido: os preços do leite em pó voltaram à casa dos US\$ 2 mil por tonelada, depois de ficar próximo de US\$ 5 mil entre 2013 e 2014.

Esses dois anos de preços altos estimularam a oferta mundial, porém a demanda não cresceu na mesma proporção, elevando os estoques.

Estoques altos aliados à redução das importações devido a diminuição do crescimento econômico em importantes países importadores, estão fazendo os exportadores reviverem um velho drama: no último leilão GDT (leilão que baliza o preço dos lácteos no mercado mundial) o leite em pó integral foi comercializado a US\$2.054/tonelada e o desnatado chegou próximo a US\$ 1.700/ton.

A China, que até recentemente foi a locomotiva das im-

portações, vem perdendo força: o volume de leite em pó importado em maio de 2015 foi cerca de 50% menor que no mesmo mês de 2014.

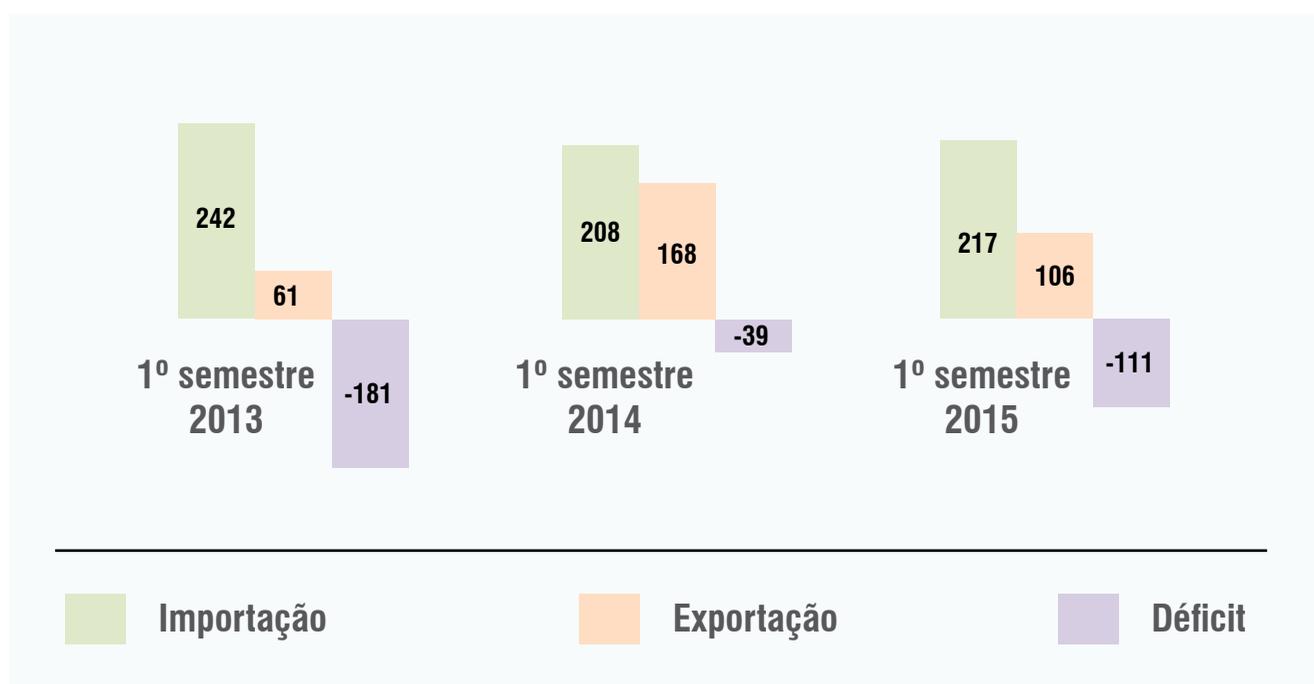
Os países produtores de petróleo, tradicionais importadores de lácteos, também reduziram as importações em função da desvalorização do óleo, que desaqueceu suas economias, mais um fator de pressão para a queda no preço dos lácteos.

No Brasil, pela proximidade geográfica com países exportadores como Argentina e Uruguai e pela ausência de alíquotas de importação intra-Mercosul, situações de baixos preços incentivam o aumento das importações de lácteos. O gráfico e a tabela na página ao lado ilustram a queda de exportações brasileiras de lácteos e o aumento das importações. O déficit na balança comercial quase triplicou na comparação entre o primeiro semestre de 2014 e o mesmo período de 2015.

	Exportação		Importação		Déficit Exportações-Importações	
	Milhões US\$	Mil toneladas	Mil US\$	Mil toneladas	Mil US\$	Mil toneladas
1º sem 2014	168,3	43,2	207,7	48	39,4	4,8
1º sem.2015	106	27,3	216,5	66	110,5	39
Variação semestral % 2014/2015	-37%	-37%	+4,28%	+37,2%	180,4%	712%

Fonte:MAPA/Agrostat

Balança Comercial de Lácteos em milhões US\$



Fonte:MAPA/Agrostat

Em volume, as importações aumentaram 37% e os preços baixos verificados no período seguraram o aumento dos gastos num patamar mais baixo: 4,8%.

Já as exportações registraram quedas elevadas (-37%) tanto em volume quanto em receita, reflexo associado da queda de compra dos países em dificuldades financeiras e da baixa competitividade brasileira em momentos de preços internacionais deprimidos.

Os principais fornecedores de lácteos para o Brasil no 1º semestre de 2015 foram a Argentina e o Uruguai, de onde vieram os maiores volumes de leite em pó, queijos e soro de leite. Da União Europeia vieram queijos e manteiga e dos Estados Unidos o Brasil comprou soro de leite e queijos. Do Uruguai também

entrou leiteiro (soro residual da produção de manteiga) e 340 toneladas de leite fluido.

Dos países importadores de lácteos do Brasil, a Venezuela continua sendo a responsável pela aquisição do maior volume, cerca de 50% de todas as importações, basicamente leite em pó. O Chile e Taiwan importaram queijos, o Egito comprou manteiga, para os Emirados Árabes e Filipinas foi vendido creme de leite.

Não há expectativa de mudanças positivas no patamar de preços a curto prazo, uma vez que a produção continua aumentando nos principais países leiteiros e por hora não se avistam fundamentos de aumento de demanda em curso.

Mandioca - FAEP pede urgência na liberação de recursos

Os valores recebidos no Paraná estão 20% menores que o preço mínimo



A FAEP encaminhou ofício (*) solicitando urgência na liberação dos recursos divulgados pelo governo federal, no dia 8 de julho, para a aquisição de farinha e fécula de mandioca.

A Resolução Nº 6 do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos aprovou a aquisição de farinha e fécula de mandioca de 40 mil toneladas com o programa de Aquisição do Governo Federal (AGF), com a possibilidade de mais 40 mil toneladas futuramente. Poderão ser adquiridas 105 toneladas de farinha e 90 de fécula por produtor.

A solicitação da FAEP é que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do Paraná possa iniciar rapidamente as operações de AGF de mandioca, reduzindo os prejuízos dos produtores. Segundo a Conab no Paraná, até agora não houve liberação dos recursos financeiros.

O baixo preço da mandioca perdura desde o começo do ano, quando a FAEP já vinha alertando o governo desde fevereiro de 2015 da necessidade da utilização de instrumentos da Política de Preços Mínimos (PGPM) para dar sustentação aos preços recebidos pelos produtores.

Em julho de 2015, a tonelada fechou com média de R\$ 145,88 por tonelada, redução de 43% em relação aos R\$ 255,46 de julho de 2014, conforme dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab). Além disso, os preços recebidos no Paraná estão 20% menores que o preço mínimo da mandioca, de R\$ 181,90, ou seja, prejuízos de pelo menos R\$ 36,00 por tonelada para o produtor.

** O documento assinado pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette foi encaminhado ao MAPA, SPA/MAPA e ao Presidente da CONAB, com cópia para a Superintendência da CONAB/PR.*

Olho no El Niño

As chuvas ocorridas em várias regiões nas últimas semanas comprometeram a colheita do milho safrinha, bem como as lavouras de trigo que estão em desenvolvimento no Paraná. Na região Oeste, por exemplo, choveu 300 mm ao longo de julho, número três vezes acima da média para essa época do ano. Isso está ocorrendo devido à ação do fenômeno climático El Niño por aqui e ainda não se sabe exatamente como ele vai agir nos próximos meses.

Segundo o meteorologista Luiz Renato Lazinski, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), na comparação com os anos de 1982, 1983 e 1998, quando o El Niño teve maior intensidade com grandes secas e enchentes, o fenômeno deve ser mais moderado. Entretanto, o produtor deve ficar atento ao aparecimento de doenças provocadas pelo excesso de umidade. “A previsão nesse inverno é de um clima bastante úmido, por isso ele deve ficar de olho e monitorar a lavoura”, observou. De acordo com Lazinski, o volume de chuva também vai ser alto durante a primavera, “o que vai favorecer o desenvolvimento das lavouras de soja e milho para a safra de verão”.



ARAPOTI



Tratorista

O Sindicato Rural de Arapoti, em parceria com a Fazenda Mutuca, realizou de 15 a 20 de junho os cursos de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas - tratorista polivalente - básico e Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas - operação de implementos - arado de disco, escarificador, grade, subsolador e cultivador. Participaram 30 trabalhadores rurais das Fazendas Mutuca, Redomona e das Almas com o instrutor José Augusto Adaghinari Olzewski.

CORNÉLIO PROCÓPIO



Grãos

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio, em parceria com o cerealista Vilela, promoveu o curso Trabalhador na Classificação de Grãos Milho, Soja e Trigo de 1º. a 3 de julho. Participaram 16 trabalhadores com a instrutora Ivonete Teixeira Rasêra.

TIBAGI



Posse

No dia 7 de julho, o Sindicato Rural de Tibagi empossou sua nova diretoria. O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, participou do evento. Foram eleitos: Adauto José Carneiro Prestes como presidente; Guilherme Frederico de Geus vice-presidente; Frederico Antônio Astegher e Ivo Carlos Arnt Filho tesoureiros, e, Maurício César do Valle Gomes e Agérico Anibal Carneiro Prestes secretários.

CIANORTE



Olericultura

Nos dias 7, 8 e 9 de julho, o Sindicato Rural de Cianorte realizou o curso de Trabalhador na Olericultura Básica – olerícolas de frutos e sementes - berinjela, chuchu, ervilha, vagem, pepino, pimentão, tomate, etc. Participaram 14 produtores com o instrutor Sergio Takashi Noguchi.

CORUMBATAÍ DO SUL



Doma Racional

O Sindicato Rural de Campo Mourão realizou em sua extensão de base no município de Corumbataí do Sul o curso Trabalhador na Doma Racional de Equídeos – adestramento. Participaram 20 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Jaime Bardi Filho.

IBIPORÃ



Inclusão digital

O Centro de Treinamento de Ibioporã realizou, de 6 a 10 de julho, o curso Programa de Inclusão Digital - introdução a informática - word, excel, email e internet. O grupo de 13 alunos foi formado por índios da Reserva Indígena Caingangues de Tamarana. A capacitação foi realizada pelo instrutor João Horwatic Filho.

MANDAGUAÇU



De Olho na qualidade

O Sindicato Rural de Mandaguaçu realizou, em parceria com a Emater, no período de 20 de abril a 26 de junho, o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - de olho na qualidade. Participaram 27 produtores rurais com o instrutor Claudedir Sebastião Prieto.

NOVA AURORA



Implementos

O Sindicato Rural de Nova Aurora realizou, no dia 19 de junho, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas - operação de implementos – arado de risco, escarificador, grade, subsolador, e cultivador. Participaram 12 trabalhadores com o instrutor José Alcides Ferreira da Silva.

PALOTINA



Negócio certo

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a Sicredi Vale do Piquiri, realizou no período de 6 de abril a 20 de junho, o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – negócio certo rural. Participaram 11 agricultores com o instrutor Luiz Antonio Tiradentes.

SERTANÓPOLIS



Trabalho em altura

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, em parceria com a empresa Seara Frigorífico, no dia 24 de junho, o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - NR 35 - trabalho em altura – atualização. Participaram sete trabalhadores com o instrutor Clovis Michelim Biasuz.

SÃO JOÃO



JAA

O Sindicato Rural de São João realizou, dia 3 de julho, uma palestra dirigida aos pais dos alunos do JAA para explicar o funcionamento do curso e o seu desenvolvimento. O curso teve início dia 9 de abril e encerra dia 9 de outubro. São duas turmas uma delas tem aula no sindicato rural e a outra em Vila Paraíso. A instrutora é Vandressa Michele Mackievicz.

PORECATU



Corte costura

O Sindicato Rural de Porecatu realizou no período de 1º a 17 de julho o curso de Artesanato de Tecidos - confecção básica de vestuário corte e costura. Participaram 11 produtoras com a instrutora Vilma Ferreira de Macedo Cardoso.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Maiores invenções

Para Marc D. Hauser, neurocientista cognitivo, professor de psicologia em Harvard, Estados Unidos a aspirina esta entre as maiores invenções do mundo. Quando questionado ele explica: “Inventada em 1853 na França, que pilulazinha útil para reduzir dores de cabeça, do corpo e febres! Entre os ma-sai, um grupo étnico africano, as dores de cabeça são tratadas com um bolo de fezes de cabra na cabeça. Prefiro a aspirina.”



Quando um homem deve usar brinco?

Um dia, um homem reparou que o seu colega, muito conservador, estava usando um brinco.

- Não sabia que você gostava desse tipo de coisas – comentou.
- Não é nada de especial, é só um brinco – replicou o colega.
- Há quanto tempo você o usa?
- Desde que a minha mulher o encontrou, no meu carro, na semana passada e eu disse que era meu...

Flores

A baunilha é extraída de uma orquídea do gênero Vanilla é por isso que em alguns países é chamada por vanilla. As rosas podem ser mais antigas do que a espécie humana. Foram encontrados fósseis de rosas de mais de 25 milhões de anos. A tulipa foi consumida como alimento pelos holandeses durante a Segunda Guerra Mundial. O chique agora são as flores comestíveis. Mas, cuidado, antes de consumi-las busque informações sobre as flores venenosas.



Os mais velhos recém-casados



Depois de 27 anos juntos, George Kirby, de 103 anos, e Doreen Luckie, de 91 anos, trocaram alianças no dia 13 de junho e se tornaram os mais velhos recém-casados do mundo. A cerimônia foi bastante simples, com a presença apenas de familiares e poucos amigos. Todo o procedimento foi feito em um cartório e, assim que terminou, foi oficializado no Guinness.

Criados na Guerra

A Primeira Guerra Mundial deu início ao desenvolvimento da cirurgia plástica, e os primeiros bancos de sangue também foram criados durante o conflito.





Um galinhão

A aparência estranha é resultado de “Dong Tao” ser uma mutação de galinha superdesenvolvida com pernas tão musculosas quanto o pulso de um homem, o que lhe rendeu o apelido de “Hulk”. Mas, quem olha só aparência se engana. Em produção de ovos é um mau negócio, pois colocam ovos com menos frequência que as raças mais comuns. Apesar de sua feiura e lentidão para o ponto de abate o seu valor de mercado é alto devido a raridade. Dizem que sua carne é muito mais saborosa que a do frango comum. Principalmente as pernas.

O maior cachorro-quente do mundo

Se você é fã de cachorros-quentes, o maior de todos eles pode ser encontrado no Gorilla Tango Novelty Meats, nos Estados Unidos, por US\$ 40. O alimento pesa mais de três quilos, portanto, deve ser um tanto difícil tentar comê-lo sozinho.



Olho no olho

Os olhos ajudam a impor respeito. Fitando diretamente uma pessoa nos olhos e não desviando-o para baixo ou para os lados, estamos dizendo que não temos medo dela. As pupilas se dilatam quando a pessoa está excitada, quando vê algo interessante ou que lhe agrada. Quando vê algo que lhe é desagradável, as pupilas se contraem.

Capital Mundial dos Gêmeos

Cândido Godói, é uma cidadezinha do Rio Grande do Sul com sete mil habitantes é mundialmente conhecida por um fato bastante intrigante: a taxa de nascimento de gêmeos idênticos é 18 vezes maior do que no resto do mundo. Segundo estatísticas, a cada 10 nascimentos, um é de gêmeos. Bastante intrigante!



“Nosso orgulho
em representar
quem produz um
Brasil melhor”

28 DE JULHO

DIA DO
AGRICULTOR



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em / /
Em / /

Responsável

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br